

TECNOLOGIA Brasil

Brasil 2000

GOVERNO FEDERAL CONSEGUIRÁ APROVAÇÃO DA OGU, MAS ESTARÁ LONGE DE ATENDER ÀS DEMANDAS SOCIAIS

ERNESTO LOZARDO

O presidente FHC se reeleveu porque a maioria da população brasileira acreditou em seu lema de campanha: "Quem foi capaz de acabar com a inflação será capaz de criar empregos." Que decepção! O desemprego e a criminalidade são crescentes; enfraquecimento competitivo das empresas nacionais que estão sendo obrigadas a praticar margens ridículas de lucro, impossibilitando-as de realizar investimentos de capacitação produtiva; e achatamento do poder aquisitivo da população.

Há um clima de desesperança social em relação ao futuro econômico e social prometido por FHC. Daí a greve dos caminhoneiros, a Marcha dos 100 Mil a Brasília, os desabafos do governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), e do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB), contra o imobilismo da política econômica em fincar passos decisivos rumo ao crescimento econômico.

A crítica à política econômica centra-se no fato de que à custa da estabilidade da inflação se engessou a prosperidade social e econômica. Uma crítica responsável ao imobilismo da política econômica sabe que abandonar a estabilidade de preços será um suicídio político e econômico nacional. Essa imprudência incorrerá em uma crise monumental de credibilidade dos agentes produtores e financeiros nacionais e internacionais em relação ao processo de amadurecimento do capitalismo liberal brasileiro.

Nesse segundo aspecto, FHC vem perdendo a fide-

dade de sua base de sustentação no Congresso Nacional por causa da recente mudança no ministério do governo, descontentando os partidos que formam a base política do governo no Congresso Nacional, PMDB e PFL, bem como algumas lideranças do PSDB.

FHC errou ao formar o novo ministério, assumindo que

a coesão política e a identidade da base governista com os objetivos de FHC seriam as mesmas em relação aos últimos quatro anos. Desconsiderou-se que as

ambições políticas de seus principais aliados, como a do senador Antônio Carlos Magalhães, seriam as mesmas, bem como as percepções dos investidores e financiadores internacionais mudaram para pior em relação à estabilidade econômica dos países emergentes. Em face desse novo contexto, dentro do limitado espaço de manobra da polí-

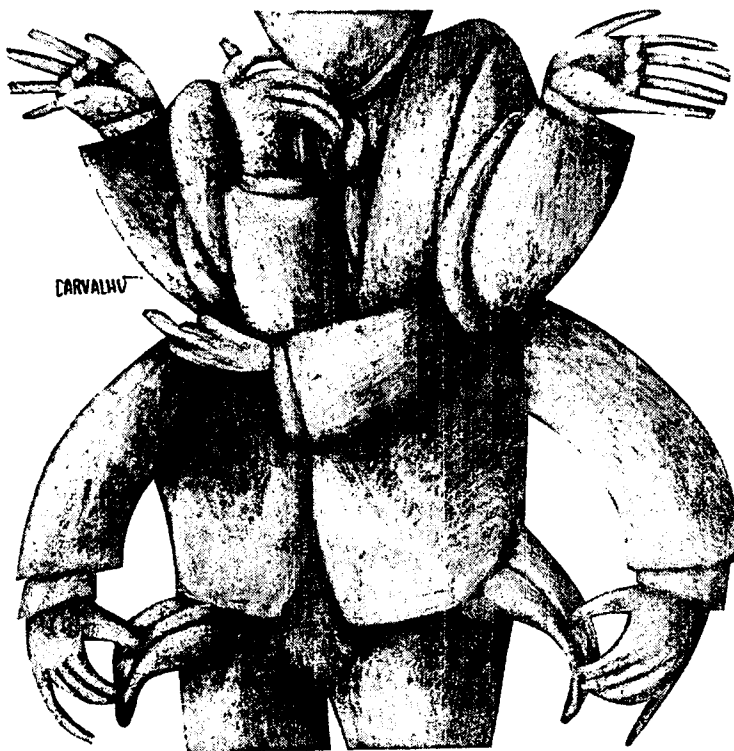
tica econômica, há algumas medidas básicas que poderão, ao menos, manter a estabilidade de preços – IPCA (6%), juros reais Selic cadentes (6% ao ano), taxa de câmbio estável (R\$ 2,00/dólar), crescimento econômico (4%), desemprego (7,5%) e uma pequena recuperação real da massa salarial para o ano 2000. Embora esses números não representem um cenário econômico animador, mesmo assim, para que ele seja factível, merecem muita atenção.

Um dos aspectos fundamentais para que os agentes econômicos possam dar alguma credibilidade à política econômica no curto prazo será a consistência e a aprovação do Orçamento-Geral da União (OGU) para o ano 2000, que deverá atingir a meta de superávit de 3,25% do PIB. O orçamento proposto pelo governo na semana passada não deixa dúvida que, para um montante de despesas totais de R\$ 200 bilhões, há um déficit gigantesco da Previdência Social no valor de R\$ 44 bilhões, cujos défi-

cits estarão repartidos entre o INSS R\$ 27 bilhões e R\$ 17 bilhões dos servidores públicos.

Esse é o principal nó górdio na realização da meta de superávit primário para o ano 2000. Esse orçamento está justo do ponto de vista operacional, mas muito inconsistente, pois dependerá de receitas como a prorrogação da taxa de 27,5% do Imposto de Renda, do FEF e de várias outras fontes de receitas transitórias que dependem de difíceis negociações políticas, desviando a atenção do conteúdo do orçamento nas demandas sociais, como saúde, educação, saneamento e moradia.

O governo federal conseguirá a aprovação do OGU-2000, mas ele está muito longe de atender às demandas sociais. É um orçamento de difícil realização das metas propostas e pouco consistente. Se o Congresso Nacional e o governo federal não se empenharem para terminar com o caráter transitório dos sistemas fiscal e tributário, aprovando reformas duradouras e não remendos constitucionais, com o propósito de eliminar a sonegação fiscal com o rigor da lei e aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal neste ano, a economia brasileira somente poderá crescer mais do que 4% ao ano se aumentarmos o déficit público, com mais inflação, e daí em diante já conhecemos o final de nossa história de décadas de atraso, de incertezas, de desemprego e de demagogias governamentais, ou seja, o Brasil irresponsável como sempre foi em matéria de gastos públicos.



■ Ernesto Lozardo, professor de Economia na FGV-SP, é autor do livro "Derivativos no Brasil – Fundamentos e Práticas" (1998)
e-mail: elozardo@fgvsp.br

■ O artigo de Ernesto Lozardo passará a ser publicado quinzenalmente às segundas-feiras nesta página